


O engajamento militante enquanto prática social: ciclos de adesão, comprometimento e deserção

Daniel Gutierrez

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5563-2115>

daniell.mx@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar alguns resultados de pesquisa, assim como contribuir para o debate acadêmico em torno das teorias dos movimentos sociais e da Sociologia Política da militância. A pesquisa em questão é fruto de uma dissertação de mestrado, defendida em 2017 (GUTIERREZ, 2017). Esta dissertação tomou por objeto a formação e atuação política do Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF, movimento composto por diversas entidades do campo; abordou-se, também, a história da Mesorregião da Grande Fronteira Sul, a gestação de inúmeros movimentos sociais rurais nessa região, os processos de politização e a construção da pauta da Educação Superior pelos movimentos, a formação do Movimento e, posteriormente, a desmobilização política do mesmo. Este último ponto, a

desmobilização política, foi algo que nos desafiou a pensar sociologicamente. Inspirado nessa discussão, este trabalho retoma o tema da desmobilização e do desengajamento político, através de uma abordagem processual que nos ajuda a pensar a prática social da militância.

Nos últimos anos, o campo de estudos da Sociologia Política da militância vem sendo renovado através de novas perspectivas teórico-metodológicas que entendem o ativismo político como uma atividade social específica e duradoura, constituída de um “ciclo de vida” representado pelos momentos de adesão, comprometimento e deserção. Tal renovação deve-se, em boa medida, a autores como Everett C. Hughes (1958), Howard Becker (1960; 1966) e Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954), cujos trabalhos foram fundamentais para a construção sociológica da noção de “carreira militante” ou “carreira ativista”. Tais noções auxiliam na compreensão não apenas dos processos que levam ao engajamento, mas também aos que contribuem para o desengajamento. Dessa forma, é possível trabalhar de maneira articulada com determinado contexto social específico, a história individual e as instituições sociais, evitando cair no personalismo/individualismo ou no determinismo estrutural.

Nosso interesse acadêmico em encontrar respostas coerentes ao fenômeno da desmobilização política e do desengajamento militante é resultado dos achados de pesquisa que o campo nos indicava. Durante a pesquisa de campo, constatamos que o MPUF, nos últimos anos, vinha se modificando e perdendo forças a ponto de estagnar-se. Esse fato se deu por mais de um motivo. A partir da análise do material empírico construído por nós, foi possível identificar ao menos três fatores que, de modo geral, contribuíram para a perda de investimentos por parte dos militantes, o que, por sua vez, levaria a desmobilização: primeiro, a absorção do MPUF pelo Conselho Estratégico Social

e Conselhos Comunitários daquela instituição, o que desestimulou a continuidade das discussões de forma unificada; segundo, pela “frustração pessoal dos militantes” com o próprio Conselho Estratégico Social, pois estes esperavam uma instância deliberativa, e não consultiva; e, em terceiro, as contradições e problemas oriundos da política institucional, como a crise política e econômica que inviabilizou a principal pauta do movimento (a expansão) e as decisões centralizadas e verticalizadas como, por exemplo, a criação ou a retirada de um campus por decisão política partidária, o que gerou frustrações e descrença em alguns militantes.

A respeito desses três pontos mencionados, a Teoria do Processo Político (TILLY, 1978; 1993), amplamente utilizada nos estudos sobre movimentos sociais, poderia contribuir para o esclarecimento de algumas questões que se colocam no debate sobre a desmobilização, principalmente aquelas questões que resultam das “estruturas de oportunidades políticas”, dos processos “propriamente políticos” de fechamento dos canais de expressão/participação, das barreiras impostas pelo Estado etc. No entanto, devido ao caráter recente dos acontecimentos que ainda vivenciávamos, entendemos que aquele não era o momento mais adequado para propor este exercício de análise. Assim, optamos por outra perspectiva teórico-metodológica que aborda uma série de questões a partir do estudo individual da militância. Ou seja, ao invés de pensar o contexto das “estruturas de oportunidades políticas”, foca-se nas transformações das “estruturas de oportunidade de compromisso” (FILLIEULE, 2010). Nesse sentido, buscamos demonstrar como elementos que influenciam na perda de comprometimento podem ser atribuíveis a uma série de características que não dizem respeito apenas ao indivíduo, mas também a fatores externos, como, por exemplo, o “estado da oferta de compromisso”, a interven-

ção do Estado no domínio das políticas públicas abordadas pela rede mobilizada ou, até mesmo, a imagem pública atribuída à causa. Trata-se da defesa de que

qualquer compreensão dos processos de desengajamento deve levar em conta a dialética entre as disposições e os motivos dos atores e suas posições estruturais. Em particular, o nosso modelo baseia-se numa heterogeneidade irreduzível dos processos de desengajamento individual, que depende de fatores tão diversos como a socialização política primária e secundária, a força da “tomada de papéis” e a dependência do grupo ativista, a existência ou não de oportunidades de reconversão e contestação política. (FILLIEULE, 2010, p. 3).

Do ponto de vista da análise processualista, a noção de “carreira” se apresenta como um eficiente meio para diminuir a disparidade entre trajetórias individuais, instituições e estruturas sociais, evitando que se sobrevalorize apenas uma destas instâncias. Permite também, que se investiguem as interações permanentes entre esses três níveis de realidade. Trata-se de um convite para que deixemos de lado “a ‘tirania’ excessiva da explicação causal nas ciências sociais e a favorecer uma abordagem configurativa, adotando termos eliasianos”. (FILLIEULE, 2010, p. 11-12). Com isso, a questão passa não apenas pelo entendimento de como as pessoas se voluntariam em uma causa ou se desengajam depois de um tempo, mas, também, como se dão os comportamentos enquanto estão comprometidas com esta causa, em situações particulares.

A pesquisa que se interessa pelo estudo de organizações políticas como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos depara-se a todo o momento com a grande quantidade de atividades nas quais seus militantes se interessam e participam de forma mais ou menos ativa – o “volume de negócios” – e, conseqüentemente, com a frustração e possível deserção dos mesmos (FILLIEULE, 2005). Dentre a grande

maioria dos estudos produzidos nas últimas décadas a respeito do ativismo político, pode-se dizer que prevaleceu a ênfase nas questões que dizem respeito ao recrutamento e à inscrição de novos ativistas, em detrimento dos motivos que determinam a manutenção ou a perda de comprometimento individual de cada um deles, em outras palavras, os diversos motivos que podem levar à perda de compromisso e à deserção. Como efeito, um número reduzido de pesquisas tem se desenvolvido buscando analisar o desengajamento *per se*. Via de regra, grande parte dos estudos tende a analisar o desengajamento mais como algo relacionado a um momento no tempo do que como um processo que contém seus próprios significantes. Com isso, a grande maioria dos trabalhos passou a atribuir muito mais valor aos determinantes da deserção ou ao futuro dos desertores, do que no processo que leva à frustração e ao desengajamento no interior das organizações políticas.

Os motivos que podem levar ao desengajamento são diversos e nem sempre são fruto da ação voluntária. Como bem demonstra Philippe Gottraux (2002), pode resultar da dissolução natural de um coletivo, como no caso de algumas organizações socialistas francesas no pós-guerra ou, como também demonstra Vera Taylor (1989), ao estudar o declínio do movimento feminista norte-americano que acabou “produzindo órfãs” durante um ciclo de mobilizações. Ao certo, o que se pode afirmar é que a forma como o desengajamento ocorre pode ser extremamente variada, podendo ser coletiva ou individual, e gerando custos (materiais e simbólicos) maiores ou menores, tanto para as organizações quanto para os agentes sociais.

A desmobilização política e o desengajamento militante por um viés interacionista e configuracional

A discussão sobre o desengajamento militante passa, necessariamente, pelo tema da identidade. Os trabalhos que se dedicam a essa questão devem considerar dois aspectos que envolvem toda identidade social: “a partir de uma perspectiva diacrônica, a transformação das identidades e os mecanismos sociais em ação nessas transformações; e de uma perspectiva sincrônica, a pluralidade de locais nos quais os atores sociais podem estar inseridos”. (FILLIEULE, 2010, p. 4). Toda identidade social está suscetível a transformações que podem desencadear processos de frustração e a perda de compromisso com determinada causa. Geralmente essas transformações são fruto de algum tipo de alteração do *status* individual de cada militante (emprego, casamento etc.) ou em decorrência de uma série de outros eventos biográficos (crises, perdas etc.). Esses fenômenos podem levar a processos de desidentificação, produzindo mudanças duradouras e permanentes nas identidades e personalidades individuais, o que não é sem custo para as representações e motivos que levam cada indivíduo a aderir a uma causa.

Por outro lado, trabalhos como os de George H. Mead (1934), Philippe Gottraux (2002) e Bernard Lahire (2002) aproximam-se teoricamente ao abordar a pluralidade do social. Em outras palavras, tais autores trabalham com a ideia de que uma das características centrais da vida social contemporânea é que os agentes sociais estão inseridos em múltiplos espaços que, por sua vez, são dotados de normas específicas que nem sempre são compatíveis umas com as outras. Essa perspectiva entende que os indivíduos são orientados por princípios

de socialização heterogêneos e, em alguns casos, contraditórios. Dito isso, é possível supor que cada indivíduo incorpora uma multiplicidade de padrões e hábitos de comportamento que, em certos momentos de sua trajetória, pode influenciar no grau de comprometimento em determinada causa.

Levando em consideração as tensões/competições existentes entre as diferentes lógicas e contextos sociais, é preciso entender também como as organizações, social e politicamente, selecionam e orientam as atividades individuais de seus militantes. Isso nos ajuda a apreender um pouco da lógica de incentivo e formação de disposições a militar. Através de uma perspectiva interacionista, Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954) oferecem um conjunto de ferramentas conceituais que nos permitem examinar as relações entre indivíduos e instituições, assim como suas consequências. Tais autores afirmam que a intensidade do compromisso varia de acordo com a relação entre oferta e demanda do ativismo. Na busca de explicações ao ativismo que vão além da mera diversidade de causas disponíveis em determinado momento, é preciso dar atenção às maneiras pelas quais as instituições encorajam ou desencorajam o comprometimento individual, seja através da imagem pública ou através de processos de seleção que criam obstáculos a novos membros, levando estes a desistir ou a assumir um determinado papel que lhe é imposto ao invés de outro. Nesse sentido, “as instituições selecionam e expulsam seus membros em função de uma grande variedade de regras formais e códigos informais” (GERTH; WRIGHT MILLS, 1954, p. 165).

Essa “modelação organizacional” aparece em “processos seletivos” que operam também de maneiras informais, privilegiando alguns grupos em função de certos atributos e características implícitas ou explícitas. Um bom exemplo disso é o estudo de Doug McAdam

(1992), ao abordar as questões de gênero no processo de recrutamento de estudantes voluntários para o *Freedom Summer*¹, em 1964. O autor demonstra como, durante o processo de seleção, as mulheres eram fortemente desencorajadas devido a estereótipos sexistas. E, no caso daquelas que persistiam em querer participar, eram sistematicamente excluídas caso não se limitassem às tarefas consideradas femininas.

Estudos como esse apontam para a necessidade de análises pautadas na investigação dos métodos de socialização institucional, partindo da observação de três dimensões desse processo: a) a aquisição de *know-how* e aprendizagens (entendidos como recursos); b) uma visão do mundo (ideologia); c) e a reestruturação das redes de sociabilidade em relação à construção de identidades individuais e coletivas (redes sociais e identidades). A partir desses três pontos, torna-se possível identificar os fatores que contribuem para o desengajamento a partir dos processos internos de socialização nas organizações políticas.

Participar de um movimento social ou de uma manifestação é algo que implica uma série de expectativas por parte daqueles que militam e se comprometem. É preciso levar em consideração que o engajamento é uma ação motivada, também, por ganhos, sejam eles materiais ou simbólicos. Estes ganhos são uma espécie de recurso; são retribuições que cada um adquire por estar inserido no processo de militância. Por outro lado, é preciso destacar também que a aquisição desses recursos varia em função dos demais recursos que são adquiridos em outros espaços sociais e dimensões da vida, que podem ser até mesmo anteriores ao engajamento. Nesse sentido, variam também “de

1. Esse projeto foi uma campanha de voluntariado nos Estados Unidos da América, lançada em junho de 1964, para tentar registrar o maior número possível de eleitores afro-americanos no estado do Mississippi, que historicamente excluía a maioria dos negros do processo eleitoral.

acordo com a evolução dos contextos e das experiências individuais”. (FILLIEULE, 2010, p. 8).

As retribuições jamais são homogêneas, elas possuem uma dimensão objetiva e outra subjetiva, podendo nem mesmo ser percebidas em determinados momentos. Em muitos casos, as retribuições acabam sendo descobertas no decorrer das ações, enquanto, em outros casos, são esperadas antes mesmo do engajamento por aqueles que almejam recompensas mais tangíveis. Conforme salienta Daniel Gaxie:

De um ponto de vista sociológico, a hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura com relação às representações espontâneas, frequentemente interessadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela dá os meios para compreender e explicar as razões pelas quais o militantismo dentro de uma organização coletiva importa (ou deixa de importar) para alguns ou, para dizer de outra maneira, de analisar os investimentos no militantismo. (GAXIE, 2005, p. 160-161).

Ao analisarmos a relação que essa questão – as retribuições – possui com o objeto de pesquisa deste trabalho, foi possível tecer algumas conclusões embasadas nos achados da pesquisa de campo. Através de entrevistas com integrantes² que se destacaram no Movimento Pró-Universidade Federal, foi possível identificar alguns fatos oriundos do processo de “construção” do Movimento que, por sua vez, gerou algum grau de frustração individual em parte dos militantes, contribuindo para o processo de desmobilização dos mesmos. Um desses fatores está relacionado com a atuação do Conselho Estratégico Social, seu perfil e sua efetividade.

2. Todos os entrevistados desta pesquisa são militantes/dirigentes de diversos movimentos sociais e sindicais que, devido à posição que ocupam em seus movimentos de origem, desempenharam importante papel na organização e participação no MPUF. Após 2010, com a criação dos Conselhos Comunitários e do CES, esses militantes passam a ocupar cargos importantes dentro desses espaços. Dos sete entrevistados, seis são/foram presidentes ou vice-presidentes do MPUF ou do CES.

Z.: [...] o Conselho Estratégico Social surgiu de uma reivindicação nossa, dos movimentos sociais. Nós não queríamos o conselho desta forma consultiva, nós queríamos que o conselho fosse deliberativo. Aí nós acabamos nos esbarrando na legislação³ que não permite, ou seja, o conselho das universidades tem que ser composto por dois terços, se não me engano, de professores da universidade. Então nós queríamos que o conselho da universidade fosse deliberativo, que os movimentos sociais tivessem a mesma força que a comunidade acadêmica interna, mas não foi isso que aconteceu por causa da legislação. Nós conquistamos o Conselho Estratégico Social dentro da universidade como um espaço consultivo dos movimentos sociais, das entidades, da comunidade externa para se organizar e participar, reivindicar cursos, discutir o modelo de universidade que a gente quer, enfim... nós também participamos, mas, não da forma como tinha que ser. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Ficar atento às mudanças que podem ocorrer na oferta de retribuições é fundamental para a apreensão dos processos de desengajamento e desmobilização. Possibilita a formulação de respostas para questões como: por que, em determinado momento da trajetória militante e não em outro, o compromisso com o ativismo torna-se possível? Em que condições as retribuições adquiridas com esse compromisso são mantidas e porque elas são, por vezes, esgotadas? Essas são perguntas que buscamos responder levando em consideração aquilo que já foi dito em trechos anteriores: os indivíduos estão inseridos em uma multiplicidade de espaços sociais e as retribuições percebidas nessas diferentes esferas da vida variam constantemente.

3. Este trecho da entrevista de Z. refere-se às intenções iniciais dos movimentos que compõem o MPUF, que, antes da criação da universidade, almejava que o Conselho Universitário – CONSUNI atribuísse à comunidade externa mais representatividade dentro desse espaço. Os movimentos sociais esperavam ocupar pelo menos 25% desse espaço. No entanto, esse desejo acabou esbarrando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), que regulamenta a constituição das instâncias deliberativas das universidades, obrigando o conselho a ser composto por 70% de professores, 20% de técnicos administrativos e 10% de alunos e demais participantes.

Essas observações sugerem que a análise da lógica do desengajamento deve prosseguir através da identificação, em diferentes esferas de vida, de momentos críticos que podem se traduzir em uma nova avaliação das recompensas esperadas, sabendo que seu valor em uma esfera co-varia com o valor atribuído em todas as outras esferas. Por exemplo, deixar o mundo profissional, seja por aposentadoria ou perda de emprego, pode desencadear o desejo de se comprometer com uma associação social ou política que permita ao indivíduo redescobrir um “propósito social” e novas formas de responsabilidade. (FILLIEULE, 2010, p. 8).

Se levarmos em consideração a primeira questão levantada no parágrafo anterior, podemos dizer que a trajetória de vida de D. é um ótimo exemplo para pensar tal questão. O jovem rapaz que estudou administração, filho de pequenos agricultores, que, em determinado momento de sua trajetória, viu no sindicalismo e na militância político-social a oportunidade de crescimento pessoal, de obtenção de retribuições materiais (emprego, pois acabara de se formar e almejava obter experiência profissional) e simbólicas (no sentido de fazer parte de algo maior; de estar contribuindo para um bem maior). Em suas palavras: “pelo histórico e pela proximidade da discussão eu acabei topando e de lá para cá me envolvendo cada vez mais, então acho que todo cidadão, toda pessoa tem um papel na sociedade e eu acho que tenho que tirar um tempo pra contribuir”.

No que concerne aos motivos que podem levar ao desengajamento e à desmobilização política, é preciso que se considerem tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos de percepção de ganhos e custos para cada indivíduo. Essa é uma orientação que tem como finalidade evitar que se caia no erro das explicações restritas sobre o desengajamento e a desmobilização política. Tais explicações se baseiam apenas nos processos de perdas nas retribuições ao analisar o retrocesso de uma organização/movimento social. É preciso pensar questões como

a rotina, a institucionalização das atividades ou até mesmo a perda de convicção com a efetividade da causa. Por exemplo, a absorção do MPUF pelos conselhos da universidade (institucionalização das pautas), assim como a percepção da influência partidária no rumo das negociações, só fez aumentar certo sentimento de “negação da política” nos seus moldes formais/institucionalizados, de forma que, se analisarmos pelo lado da subjetividade de cada indivíduo considerando as expectativas que cada um depositava nos rumos do Movimento, isso explica muito da perda de compromisso com a causa por parte daqueles que compunham o MPUF. Em diversos momentos da pesquisa de campo, é possível encontrar trechos de falas que nos levam a esse entendimento. Por exemplo:

R.: eu tenho certeza na necessidade da continuidade da militância, a necessidade do movimento social organizado é fundamental para o desenvolvimento e a implementação das políticas sociais, mas estamos diante de um novo momento que eu acredito que o processo democrático e de militância tem que repensar a nossa trajetória e construir algo novo, diferente da forma que está, porque acho que chegamos ao limite daquilo que tínhamos como um horizonte. (Entrevista concedida em abril de 2016).

J.: Eu não acredito nessa ação institucional, isso é uma questão pessoal, eu não acredito, eu acredito na questão da mobilização social, então tem que atuar nas mobilizações, como eu fiz [...] eu detestava a possibilidade de pensar em um dia ter cargo em governo, porque eu não acredito que isso muda alguma coisa, isso pode favorecer a militância, mas, sem a ação dos movimentos sociais nunca vai mudar nada, então a gente tem que ter a condição profissional de se sustentar, ter condições de sobrevivência, de estrutura pessoal, mas, nunca acreditei que eleitoralmente a gente vá mudar alguma coisa, eleitoralmente a gente vai só fazer algumas coisas que vai ajudar e favorecer os movimentos crescer ou não, e ainda vi nos governos Lula e Dilma que os movimentos sociais tiveram ao invés de uma atuação de fortalecimento eles tornaram-se de certa forma dependentes do próprio Estado no sentido do funcionamento, isso foi um

prejuízo. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Nessas situações, a importância e o peso dos processos subjetivos que podem influenciar o engajamento individual, levando ao comprometimento com uma causa ou a sua perda, não podem ser analisados apenas com base em questões objetivas – o sucesso de um movimento não necessariamente garante os ganhos esperados *a priori*. Odaci L. Coradini (2010), ao estudar as retribuições da militância no MST demonstra como, a “passagem do acampamento para o assentamento”, é um momento crítico da militância que altera subjetivamente as expectativas em torno das retribuições à medida que se avança nas “conquistas” e etapas do engajamento. As questões subjetivas dizem respeito à percepção dos aumentos ou reduções nas recompensas obtidas na vida profissional ou emocional dos militantes. Dessa forma, a militância e a participação política são percebidas como um valor social que é construído em torno de uma “causa” e, assim, as formas de investimento e comprometimento podem sempre variar em função de transformações que ocorrem em diversos contextos sociais.

O valor social de uma causa, ao passo que o movimento ganha força e expressão na esfera pública, é responsável por transferir àqueles que militam, certo grau de capital social, político e simbólico. Estas retribuições (recursos) não são homogêneas e podem ser percebidas de forma distinta dependendo daquilo que cada indivíduo espera receber em troca de seu comprometimento. Mudanças significativas no contexto político podem ser entendidas como limitação da capacidade de se obter aquilo que se busca através de uma causa. Com base nisso, é possível buscar algumas pistas para se entender os prováveis motivos que corroboraram com a desmobilização do MPUF a partir de uma análise de conjuntura política dos últimos anos.

A pesquisa comprovou que a força/atuação política partidária foi

um dos pilares que, desde o início, deu sustentação ao Movimento. Foi a partir de políticas públicas implantadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) que foi possível vislumbrar a expansão e criação de novas universidades federais no país. Entretanto, o momento de crise econômica que desencadeou também uma crise política, atingiu em cheio não só o país, mas também o partido e sua imagem pública, gerando dúvidas dentro do próprio Movimento a respeito de sua efetividade, principalmente no que se referia a sua pauta principal: a expansão. De acordo com o Prof. Anderson Alves Ribeiro, diretor do *campus* de Erechim/RS, da UFFS:

Todo esse cenário político nacional, que já vem desde o ano passado, de restrição orçamentária... antes era só uma crise econômica, agora é uma crise econômica e política, e isso deu uma freada significativa nessa discussão (a expansão e outras pautas do MPUF), pois não se vislumbra um horizonte de que tu vais ter investimento pra construção de novos *campis* [...] isso aí deu uma freada na perspectiva do Movimento, as pessoas olham e pensam que num curto prazo de dois, três anos, menos que cinco anos não ter a possibilidade de fazer um novo ciclo de expansão como foi o ciclo de expansão que deu início à própria UFFS. Não tem essa visualização aí... não se vê essa luz no fim do túnel. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Para além das respostas que se pode extrair da discussão em torno dos ganhos e retribuições que são esperados no engajamento político, existe uma segunda dimensão que oferece alguns indícios para que possamos compreender os processos de frustração, desengajamento e desmobilização de determinado movimento: a dimensão ideológica.

A participação em movimentos sociais carrega consigo a adoção de uma visão de mundo, assim como do lugar/papel do grupo neste mundo e de seu próprio lugar, enquanto indivíduo, neste grupo. Nesse sentido, pode-se dizer que movimentos sociais são instituições governadas por “regras escritas e não escritas, transmitindo hábitos e siste-

mas de crenças que, em grande parte, são incorporados por ativistas e líderes”. (LEFEBVRE; SAWICKI, 2006, p. 42-3). Como explicar a perda ou enfraquecimento do poder ideológico de um movimento, que pode levar a uma diminuição no grau de comprometimento que alguém está disposto a ter com a causa? Para encontrar respostas a essa questão, é preciso que a análise do desengajamento não deixe de lado o exame do esfacelamento dos aspectos que envolvem a socialização dos ativistas no interior das próprias organizações políticas.

Existem pelo menos dois fatores que são determinantes nessa questão. Em primeiro lugar, as convicções e as crenças em determinada causa podem diminuir através de mudanças que podem ocorrer na conjuntura política – como já foi dito nos parágrafos anteriores –, podendo ser explicadas por teorias que se dedicam à análise de ciclos sociais ou que se baseiam no pressuposto do esgotamento de um modelo histórico que envolve determinado modo de comprometimento e militância. Em segundo lugar, outro fator que pode levar à perda de convicção ideológica é a ruptura com o consenso interno que foi capaz de unificar o grupo. Geralmente, as rupturas de consenso são acompanhadas pelo aparecimento de facções no interior das instituições, o que eventualmente provoca divisões.

Este segundo ponto merece destaque. A pesquisa de campo demonstrou que, desde que tomou forma e se organizou, o MPUF é constituído basicamente de um tripé que envolve: a) o Partido dos Trabalhadores; b) a FETRAF-Sul (representando o sindicalismo); e c) a Via Campesina (MST, MAB, MMC, MPA etc.). Isso ficou claro ao mapear todos aqueles que foram/são presidentes do Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários. Seria imprudente, naquele momento e com os dados que a pesquisa possuía, falar em facções internas no Movimento ou, em certas redes com traços de facções, no

entanto, a incapacidade do movimento em agregar novas entidades à “luta” social nos faz questionar se, no caso específico do MPUF, isso também não tenha surtido efeitos negativos, influenciando na perda de compromisso. Observem este relato:

R.: [...] nós estamos num processo muito grande de tentar agregar mais inclusive, esse é um processo permanente. Quais as duas formas de ter acesso ao conselho? Uma, é via o conselho comunitário, que depois indica os membros das entidades pro CES e, a segunda, é uma coisa nova que vem de agora, do último mandato do E. Entidades que tenham participação nos três estados, não entidades tipo associação do bairro, que não representa quase ninguém, que não tem essa abrangência... agora, entidades que tem essa abrangência, essa característica que atua em vários municípios, em vários locais nessa área de abrangência, ela está aberta a qualquer momento pra fazer parte do conselho, então ele não é um conselho limitado, que entra tantos membros depois não entra mais ninguém, ele é aberto, a entidade que tem essa característica manda um ofício lá e numa reunião de conselho se avalia se minimamente tem essas características e vai pra dentro. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Essa afirmação nos leva a refletir sobre as barreiras impostas pelos próprios dirigentes do Movimento à entrada de novos integrantes. A chegada de novos membros nem sempre é vista com bons olhos por aqueles que pertencem ao movimento há mais tempo. É comum encontrar casos em que as próprias organizações acabam criando, de forma voluntária ou não, barreiras que dificultam a integração de novos membros ao grupo. Por exemplo, numa pesquisa sobre procedimentos internos de tomada de decisão em movimentos sociais norte-americanos, Francesca Polletta (2002) fornece uma série de exemplos de como isso pode ocorrer. Analisando o Movimento de Libertação das Mulheres, que era baseado em uma estrutura interna que enfatizava a irmandade e rejeitava a hierarquia interna, a autora demonstra como o próprio movimento colocou inúmeras barreiras à entrada de

novas mulheres que queriam se juntar ao grupo, de tal forma que a renovação geracional tornou-se quase impossível.

No caso específico do MPUF, ficou claro durante as entrevistas que existe certa preocupação em conservar as “ideias iniciais” que dizem respeito não só ao papel do Movimento, mas as características e os horizontes que a universidade deve perseguir. As discussões no Conselho Universitário – CONSUNI que foram produzidas até aquele momento geraram certo receio em parte dos movimentos sociais, pois nem todos que faziam parte da UFFS eram conhecedores da história de “luta” por essa instituição ou nem mesmo concordam com algumas das propostas defendidas pelos movimentos. De acordo com alguns entrevistados:

Z.: [...] a gente percebe também que dentro da universidade tem muitos professores, técnicos enfim... ah nós fizemos concurso, passamos, nós temos o poder de decidir e queremos decidir assim ou assado. Enfim, acham que não precisam dar muita satisfação pra sociedade, acham que porque fizeram concurso, passaram e entraram na universidade por méritos próprios, por causa dos cursos que foram fazendo e tal, pelo concurso que passou... quem são as lideranças sociais pra vir dizer o que querem? Eu sou doutor, mestre, técnico enfim, e nós também queremos nosso espaço, e é desta forma que muita gente pensa, e também pelo fato da universidade não ter um concurso público diferenciado, ela segue as normas da legislação, vem professores que não tem nenhuma visão de sociedade ligada aos setores menos favorecidos, aos movimentos sociais. (Entrevista concedida em abril de 2016).

D.: [...] tem muito do entendimento das pessoas que estão à frente da universidade, tem pessoas que não acompanharam o processo de criação, a grande maioria dos professores vieram de fora e não entendem esse processo todo que foi colocado ali e que é importante na nossa avaliação para que a universidade esteja muito próxima da realidade da região. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Pertencer a determinado grupo ou organização não diz respeito

apenas à construção de redes de sociabilidade, mas também à construção de uma identidade, de um lugar para si e para o grupo. A constituição de uma identidade própria para o movimento e seus membros tornou-se algo muito caro ao debate interno do MPUF. O medo de certa “descaracterização⁴” da universidade e do Movimento a partir da entrada de outras entidades e indivíduos pode, em parte, explicar o “fechamento” do MPUF em torno dos grupos “originais”.

A maneira pela qual o grupo estrutura suas relações de sociabilidade nos leva a problematizar duas instâncias distintas que nos ajudam a entender um pouco mais sobre a solidariedade do grupo: a renúncia e a comunhão. Um bom exemplo para se pensar isso são os trabalhos produzidos por James M. McPherson e sua equipe (MCPHERSON, 1981; 1983; MCPHERSON *et al.*, 1992) que, ao se dedicarem ao estudo das redes de sociabilidade, chegaram a conclusões interessantes a respeito da importância de seu papel na manutenção do compromisso, assim como o papel das relações intragrupais para o desengajamento e a deserção. Nestes trabalhos, os autores demonstram como os indivíduos que estão envolvidos em múltiplas redes são mais propensos a deixar as organizações, o que nos leva de volta a refletir sobre as diversas “esferas da vida” nas quais cada indivíduo está simultaneamente inserido. Eles também mostram que os movimentos sociais perdem membros cujo perfil é atípico mais rapidamente, se comparados com aqueles “mais identificados” com a causa.

4. O MPUF participou ativamente das discussões em torno da construção da grade curricular de alguns cursos da UFFS a fim de que estes cursos fossem voltados para as demandas locais. Por exemplo, no *campus* de Erechim/RS criou-se o curso de Agronomia com ênfase em agroecologia e o curso de Engenharia Ambiental com ênfase em recursos renováveis. No entanto, após os primeiros anos dos cursos, houve uma pressão muito grande por parte dos professores e alguns alunos para que as ênfases fossem retiradas, o que de fato ocorreu. Esta questão reflete a preocupação dos movimentos sociais e do MPUF em tentar evitar que a universidade se distancie daquele projeto de “instituição popular” no qual foi pensada.

Como se sabe, o MPUF é um movimento amplo, constituído de diversos outros movimentos sociais e sindicais que, apesar de terem pautas que se aproximam em determinados pontos, são compostos por demandas heterogêneas e indivíduos com trajetórias e interesses distintos. A “questão educacional” e a “luta” por uma universidade federal na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul são apenas mais uma pauta dentre tantas outras que tais movimentos perseguem individualmente. Assim, aqueles que continuaram ligados ao MPUF e, conseqüentemente, assumiram cargos dentro dos conselhos da universidade acabam por ter que organizar seu tempo e sua militância em mais de uma atividade ao mesmo tempo. Em outras palavras, por estar inserido em diversos espaços, muitas vezes o compromisso dedicado a um destes acaba recebendo certa prioridade. Por ser um movimento recente, que nasce e se desenvolve a partir de outros movimentos, a “lealdade” dos militantes está, em primeiro lugar, com seu movimento de origem e isso nos explica a dificuldade de muitos militantes em poder acompanhar mais de perto as discussões internas da universidade, podendo contribuir de forma mais qualificada e trazendo, de fato, as propostas dos movimentos sociais para os conselhos. Esta questão aparece em vários momentos na fala de mais de um entrevistado.

Z.: [...] na medida que a universidade vai se constituindo e criando instâncias próprias, a universidade começa a andar com suas próprias pernas, com sua própria dinâmica, né? E os movimentos não conseguem mais acompanhar. Eu sei que as reuniões do conselho é um processo muito permanente e as lideranças do movimento também vão mudando, aí muitos não têm aquela caminhada toda que as lideranças iniciais tiveram [...] vai diminuindo esse poder de articulação que tínhamos e o conselho também acaba se tornando um espaço onde não há uma grande priorização e acaba de certa forma esvaziando aquele espaço. (Entrevista concedida em abril de 2016).

D.: [...] nós temos dificuldade de acompanhar porque a universidade

ela é bastante burocrática e tem várias instâncias né?, por exemplo, eu hoje participo do Conselho Comunitário, do Conselho de Campus e do Conselho Estratégico Social, participo do colegiado de agronomia e teve também o caso de solicitação do colegiado de ciências sociais, a universidade estava agora debatendo a questão da priorização de cursos para a expansão, então se cria comissões e tem que acompanhar, não digo eu né?, mas a sociedade, então são vários espaços que acontecem ao mesmo tempo que demanda uma participação muito grande da sociedade e nós não temos ninguém liberado pra acompanhar a universidade, os movimentos não tem estrutura pra dizer “não, o D. vai se dedicar a acompanhar esse processo todo”, nós temos uma série de outras lutas e outras pautas que tem que ser trabalhadas. (Entrevista concedida em abril de 2016).

O “choque de prioridades” que é fruto dessa inserção dos indivíduos em mais de um espaço social, e que aparece nas falas de alguns dos entrevistados, nos faz refletir sobre o que foi dito anteriormente a respeito da “comunhão” e da “renúncia” que, por sua vez, pode impactar na solidariedade do movimento e influenciar diretamente o desengajamento e a desmobilização política. No que diz respeito à “comunhão”, foi possível perceber a dificuldade do grupo em criar um consenso sobre o que, de fato, deveria ser o papel do Conselho Estratégico Social. Esse também é um ponto presente nas entrevistas:

D.: hoje, os conselhos, tanto o Estratégico como o Comunitário, eles são espaços praticamente isolados de discussão [...] é muito difícil ainda porque nós não temos nenhuma referência em uma outra universidade com este modelo, com esta participação por dentro, orgânica da universidade, tudo tem que se construir, tem gente dentro da universidade que acha que isso é interessante outros que não acham e que só tem que produzir conhecimento mesmo... e isso é uma coisa muito forte, fervendo dentro da universidade. (Entrevista concedida em abril de 2016).

Por outro lado, a “renúncia” está ligada ao que também já foi dito sobre a prioridade da militância quando as lógicas e as pautas do mo-

vimento de origem se chocam com as do MPUF. Estes são apenas alguns elementos que podem ajudar na busca pelos motivos que contribuem para o desengajamento militante.

No período anterior à implantação da universidade (2005-2010), o MPUF se apresentava de forma muito mais diversa e dinâmica. As passeatas, comícios e reivindicações do movimento eram capazes de agregar não apenas os militantes dos movimentos sociais e sindicais que tomaram a frente do Movimento, mas também diversas outras entidades da sociedade civil organizada (instituições de ensino, ONG's, prefeituras, igrejas etc.). A partir de 2010, com a criação do Conselho Estratégico Social, o MPUF – e aqui falamos dos indivíduos que estavam à frente da organização do movimento – é absorvido por este espaço. Após esse período, não se têm notícias de novas manifestações e comícios do MPUF como era de costume. As atividades e discussões do movimento se restringiram ao CES que, ao longo dos anos, vem perdendo força de atuação e, pelo que tudo indica, de entusiasmo por parte dos militantes. Para se ter uma ideia, de 2010 a 2013, o CES realizou quatro reuniões por ano; 2014, três; 2015, duas; 2016, não há registros de nenhuma reunião. De acordo com um dos antigos presidentes do CES, existe a possibilidade da retomada das atividades em 2017:

E.: Na articulação da segunda Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, prevista para 2017, buscar-se-á uma participação social ampla, tanto quanto foi na primeira, e será um momento bom para o debate em torno da participação do CES que também ajudará nesta articulação do máximo de participação social”. (Entrevista concedida em abril de 2016).

A mudança de postura do MPUF após a implantação da universidade é uma forte evidência da desmobilização do Movimento, fruto da constituição do CES, do momento político então atual e da perda de

compromisso por parte de seus militantes. É importante lembrar que o movimento buscava conquistar uma instituição com onze *campi*, e conseguiu apenas seis, não dando prosseguimento ao processo reivindicatório da forma como era feito anteriormente. Na época da pesquisa, as reivindicações e os debates se restringiam aos conselhos e a direção do CES estava sendo presidida por alguém que sequer participou de todo o processo inicial de disputa pela UFFS.

Por fim, foi na tentativa de compreender a militância enquanto um processo específico na vida de cada agente social que este trabalho se aproxima de uma perspectiva interacionista e configuracional, a fim de analisar a heterogeneidade de motivos que levam os indivíduos a se desmotivar, a perceber a perda ou o ganho de retribuições, a se desidentificar com determinada causa ou, até mesmo, a forma como o compromisso se altera de acordo com o contexto político. Em momento algum houve a pretensão de formular questões gerais na busca por respostas homogêneas que tentassem dar conta do fenômeno da desmobilização e do desengajamento de forma universalizada. Nesse sentido, as questões trazidas aqui refletem apenas o estado inicial de uma pesquisa que, embora tenha contribuído para o campo de estudo sobre os movimentos sociais e o engajamento militante, de forma alguma esgota tal discussão.

Referências

BECKER, H. *Notes on the concept of commitment*. American Journal of Sociology. Vol. 66, 1960, p. 32-40.

_____. *Outsiders*. Glencoe, IL: Free Press, 1966.

CORADINI, O. L. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. *Espacio Abierto*, v. 19, n. 3, 2010.

FILLIEULE, O. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. *Social movement studies*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2010.

_____. *Le Désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.

GAXIE, D. *Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective*. Swiss Political Science Review. Vol. 11, n. 1, 2005, p. 157-88.

GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C. *Character and social structure: the psychology of social institutions*. London: Routledge & Kegan Paul, 1954.

GOTTRAUX, P. *Socialisme ou barbarie*. Un engagement politique et intellectuel dans la France de l'après-guerre. Lausanne: Payot, 2002.

GUTIERREZ, D. *O papel da sociedade civil na constituição de novas universidades federais no Brasil*. Militância, mobilizações e oportunidades em torno da criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, UFSC, Florianópolis, 2017.

HUGHES, E. C. *Men and their Work*. Glencoe, IL: Free Press, 1958.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, R.; SAWICKI, F. *La Société des socialistes: le PS aujourd'hui*. Bellecombe-en-Bauges: Editions du Croquant, 2006.

McADAM, D. Gender as a mediator of the activist experience: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*. V. 97, 1992, p. 1211-40.

McPHERSON, J. M. A dynamic model of voluntary affiliation. *Social Forces*, v. 59, 1981, p. 705-28.

_____. An ecology of affiliation. *American Sociological Review*, v. 48, 1983, p. 519-32.

McPHERSON, J. M., et al. Social networks and organizational dynamics. *American Sociological Review*, v. 57, 1992, p. 153-70.

MEAD, G. H. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

POLLETTA, F. *Freedom is an endless meeting: democracy in american social movements*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2002.

TAYLOR, V. Social movement continuity: the women's movement in

abeyance. *American Sociological Review*, v. 54, p. 761–75, 1989.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, n. 17, 1993.

Resumo:

O presente trabalho insere-se no campo de estudos sobre movimentos sociais e a sociologia da militância. O objetivo do texto se resume num esforço em analisar sociologicamente os motivos diversos que podem levar à desmobilização política, à frustração e ao desengajamento militante. O material empírico que serve de base para as conclusões e/ou indicações apresentadas são parte de um trabalho anterior, que se dedicou a análise da constituição e atuação política de um movimento que ficou conhecido, no sul do país, como Movimento Pró-Universidade Federal. Tal movimento é fruto de processos histórico-político-sociais mais amplos; nasce em torno de “oportunidades políticas”; orienta-se através de pautas comuns a uma série de movimentos sociais rurais geograficamente gestados na Mesorregião da Grande Fronteira Sul; e desmobiliza-se devido a uma série de fatores que serão abordados nesse trabalho.

Palavras-chave: Militância; Movimentos Sociais; Desengajamento Político.

Abstract:

This paper is inserted in the field of studies on social movements and the sociology of militancy. The purpose of the text is summarized in an effort to analyze sociologically the diverse motives that can lead to political demobilization, frustration and militant disengagement. The empirical material that serves as a basis for the conclusions and / or indications presented is part of an earlier work that focused on the constitution and political action of a movement that was known in the south of the country as the Federal University Movement . Such a movement is the fruit of broader historical-political-social processes; is born around “political opportunities”; it is guided by common guidelines to a series of rural social movements geographically developed in the Meso-region of the Great Southern Border; and is demobilized, due to a series of factors that will be approached in this paper.

Keywords: Militancy; Social Movements; Political Disengagement.

Recebido para publicação em 19/06/2019.

Aceito em 12/08/2019.